



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015621-23.2002.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Direitos e Títulos de Crédito**
 Requerente: **Panamericano Arrendamento Mercantil Sa**
 Requerido: **Jeferson Petronilho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processos nºs 1478/02 e 1695/2003 (Restauração de autos)

VISTOS.

Trata-se de incidente de **restauração dos autos da ação de Rescisão Contratual nº 1478/2002** que o **PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A** moveu em face de **JEFERSON PETRONILHO**, bem como da **medida cautelar nº 1695/2003**, que se encontrava em apenso.

O desaparecimento foi noticiado pelo requerido e confirmado pela certidão lançada a fls. 47vº.

Após várias diligências feitas nas dependências da serventia e no departamento de arquivo - sem sucesso - determinei o início da restauração.

O requerido peticionou apresentando as peças que possuía, conforme fls. 14/24.

Intimado através de seu procurador e também pessoalmente, o requerente preferiu silenciar.

DECIDO, vez que não há prova a ser produzida em audiência (art. 803 § único do CPC).

A restauração é de rigor. Foi determinada de ofício após constatado o sumiço dos autos.

O requerido posicionou-se favoravelmente e colaborou carreando as peças relevantes à restauração, que são a sentença e o v. acórdão (fls. 14/24).

0015621-23.2002.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Já o requerente, com seu silêncio, demonstrou concordância com a restauração, bem como com o pleito de extinção formulado pelo requerido, em razão da quitação do débito, conforme o recibo de fls. 20.

De fato, as peças carreadas demonstram que a ação foi julgada procedente, com a consequente restituição, em definitivo, do veículo objeto da ação ao autor e já o réu acabou não sendo condenado ao pagamento das verbas da sucumbência, em virtude de ser beneficiário da justiça gratuita.

Em suma: As peças carreadas proporcionam a restauração e o reconhecimento judicial da quitação.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta **DECLARO SUPRIDOS** - naquilo que continham de relevante - **OS PROCESSOS EXTRAVIADOS**.

Como não restou apurado quem efetivamente deu causa aos desaparecimentos dos autos deixo de impor a condenação a que alude o artigo 1069 do Código de Processo Civil.

Em consequência, ante o desinteresse do requerente e a comprovação do pagamento feito pelo requerido, **JULGO EXTINTAS AS AÇÕES** com fundamento no art. 794, I do referido “codex”.

Caberá à serventia lançar todos os informes no sistema sobre a restauração dos autos (principal e cautelar), autuando, na sequencia, estes autos suprimindo aqueles.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 07 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**